



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ
JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
1ª VARA DA CAPITAL
SETOR DE COMISSARIADO**

**PROCESSO SELETIVO PARA AGENTE DE PROTEÇÃO VOLUNTÁRIO 6 2014
2ª FASE 6 24/08/2014- PROVA TIPO 01**

Orientações:

Caro(a) Candidato(a):

- 1- O caderno de provas contém 20(vinte) questões, sendo 16(dezesseis) questões objetivas e 04 (quatro) questões subjetivas. Confira se o caderno de provas está completo, caso contrário solicite sua substituição.**
- 2- Coloque seus dados abaixo, assine na última página do caderno de provas e repita seus dados na folha de marcação.**
- 3- O tempo de duração desta prova será de 03 (três) horas.**
- 4- Cada questão da prova objetiva possui 05 (cinco) alternativas para resposta, sendo representadas pelas letras A, B, C, D e E, existindo somente uma alternativa correta. Use a folha de marcação (pág. 09) para transcrever suas marcações do caderno de provas. Somente a folha de marcação da prova objetiva será considerada para correção, por isso muita atenção em sua marcação.**
- 5- Nas questões subjetivas o candidato tem a opção de usar até o máximo de linhas disponibilizadas para sua resposta. Responda de forma legível. Erros de gramática serão considerados na avaliação das questões.**
- 6- Não será permitida a comunicação com outro candidato ou utilizar-se de consultas às anotações, agendas eletrônicas, gravadores, telefone celular e/ou aparelhos similares, bem como qualquer instrumento receptor/transmissor de mensagens.**
- 7- A questão não assinalada, assinalada com mais de uma alternativa ou rasurada na folha de marcação, não receberá nenhuma pontuação.**
- 8- Deverá ser usada para respostas neste caderno caneta azul ou preta.**
- 9- O candidato não poderá levar o caderno de provas.**
- 10- A desobediência de alguma das orientações acima, implicará na anulação da sua prova e eliminação do processo seletivo.**

NOME COMPLETO DO CANDIDATO (use letra de forma)

Identidade nº: _____ Órgão Expedidor: _____

QUESTÕES OBJETIVAS:

1- A Lei 8069 de 13 de julho de 1990, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), de acordo com a faixa etária, considera criança:

- a) a pessoa até onze anos de idade.
- b) a pessoa até doze anos de idade.
- c) a pessoa até onze anos de idade incompletos.
- d) a pessoa até doze anos de idade incompletos.
- e) a pessoa de até dez anos de idade.

2- Também em relação à faixa etária, o ECA (Lei 8069/90) considera o adolescente:

- a) aquela pessoa entre doze e dezessete anos de idade.
- b) aquela pessoa entre doze e dezoito anos de idade.
- c) aquela pessoa até dezessete anos de idade.
- d) aquela pessoa até dezoito anos de idade.
- e) aquela pessoa até doze anos de idade incompletos.

3- Conforme a Lei 8069/90, marque a alternativa CONSIDERADA Infração Administrativa às normas de Proteção da criança e do adolescente:

- a) Subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto;
- b) Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso.
- c) Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar.
- d) Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento.
- e) Vender, fornecer ainda que gratuitamente, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida.

4- Em relação ao direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho estabelecido na Lei 8069/90, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Ao adolescente empregado, aprendiz, é vedado trabalho perigoso, realizado em horários e locais que não permitam a freqüência à escola e noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte.
- b) É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade.
- c) Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.
- d) É proibido ao adolescente empregado o trabalho noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte.
- e) O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros: respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

5- Sobre a Prevenção Especial, especificamente o que trata da viagem de crianças e adolescentes, marque a alternativa INCORRETA conforme determina a Lei 8069/90:

- a) A autorização de viagem não será exigida quando tratar-se de comarca contígua à da residência da criança, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana.
- b) Crianças poderão viajar acompanhadas de avós, tios (irmãos dos pais) e irmãos maiores, sem a necessidade de autorização judicial.
- c) Nenhuma criança ou adolescente poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhado dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial.
- d) Sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.
- e) Quando se tratar de viagem ao exterior e nacional, a autorização é dispensável, se a criança ou adolescente viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro através de documento com firma reconhecida.

6- Em relação aos Conselhos Tutelares, marque a alternativa CORRETA em conformidade com a Lei 8069/90.

- a) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- b) Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos: reconhecida idoneidade moral, idade superior a trinta e cinco anos e residir no município.
- c) Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.
- d) As decisões do Conselho Tutelar não poderão ser revistas, nem mesmo pela autoridade judiciária.
- e) Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Poder Judiciário, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.

7- Marque a alternativa INCORRETA da seguinte afirmação na Lei 8069/90:

Compete à autoridade judiciária disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará: a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em:

- a) bailes ou promoções dançantes.
- b) estúdios cinematográficos, de teatro, rádio e televisão.
- c) boate ou congêneres.
- d) lanchonetes e restaurantes.
- e) estádio, ginásio e campo desportivo.

8- Conforme o artigo 4º do ECA, Lei 8069/90, a quem cabe primeiramente assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes?

- a) família.
- b) comunidade.
- c) sociedade em geral.
- d) poder público.
- e) escolas.

9- Após a leitura do enunciado, marque a questão CORRETA:

Conforme o art. 53 do ECA (Lei 8069/90), a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- a) igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- b) direito de ser respeitado por seus educadores.
- c) direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.
- d) direito de organização e participação em entidades estudantis.
- e) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

10- Em relação ao acesso de Produtos e Serviços determinado no ECA(Lei 8069/90) por crianças e adolescentes, analise as afirmações, e após, escolha a alternativa que corresponde:

É proibida a venda à criança ou ao adolescente de :

I -armas, munições e explosivos.

II- bebidas alcoólicas.

III - produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida;

IV - fogos de estampido e de artifício, mesmo aqueles que pelo seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida.

V - revistas e publicações pornográficas ou de conotação sexual.

VI - bilhetes lotéricos e equivalentes.

- a) As afirmações I, II, III, IV, V e VI estão corretas.
- b) Somente as afirmações I, II e III e V estão corretas.

- c) Somente a afirmação IV está incorreta.
- d) As afirmações I, II e IV estão corretas.
- e) Somente a afirmação VI está incorreta.

11- Conforme o art. Art. 129 do ECA (Lei 8069/90), são medidas aplicáveis aos pais ou responsável de crianças e adolescentes, EXCETO:

- a) recomendação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar.
- b) advertência.
- c) perda da guarda.
- d) destituição da tutela.
- e) suspensão ou destituição do poder familiar.

12- Conforme o art. Art. 245 do ECA (Lei 8069/90), deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente, corresponde a:

- a) Crime de espécie
- b) Infração administrativa
- c) Maus-tratos
- d) Omissão
- e) Negligência

13- Em consonância com a Lei 8069/90, é considerado Crime de Espécie às normas de Proteção à Criança e ao Adolescente:

- a- Hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, com autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congênere.
- b- Deixar o responsável por diversão ou espetáculo público de afixar, em lugar visível e de fácil acesso, à entrada do local de exibição, informação destacada sobre a natureza da diversão ou espetáculo e a faixa etária especificada no certificado de classificação.
- c- Anunciar peças teatrais, filmes ou quaisquer representações ou espetáculos, sem indicar os limites de idade a que não se recomendem.
- d- Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.
- e- Deixar de apresentar à autoridade judiciária de seu domicílio, no prazo de cinco dias, com o fim de regularizar a guarda, adolescente trazido de outra comarca para a prestação de serviço doméstico, mesmo que autorizado pelos pais ou responsável.

14- O artigo 194 da Lei 8.069/90 (ECA), afirma que “O procedimento para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente terá início por auto de infração elaborado por servidor efetivo ou voluntário credenciado, e assinado por duas testemunhas se possível, ou por representação:

- a- somente do Conselho Tutelar.
- b- do Poder Judiciário.
- c- da Polícia Civil ou da Polícia Militar.
- d- somente do Ministério Público.
- e- do Ministério Público ou do Conselho Tutelar.

15- Sobre o Acesso à Justiça estabelecido na Lei 8.069/90, assinale a alternativa INCORRETA:

- a- As ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude são isentas de custas e emolumentos.
- b- É vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito à criança e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional, e qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco e residência.
- c- É garantido o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos.
- d- A autoridade a que se refere a Lei é o Juiz da Infância e Juventude, ou o juiz que exerce essa função, como também o promotor de Justiça da Infância e Juventude designado na Comarca.
- e- Quando se tratar de adolescente é também competente a Justiça da Infância e da Juventude para suprir a capacidade ou consentimento para o casamento.

16- De acordo com a Lei 8069/90, É/SÃO forma(s) de colocação da criança e do adolescente em família substituta:

- a- guarda, tutela e adoção.
- b- somente adoção.
- c- somente guarda.
- d- somente tutela.
- e- somente guarda e adoção.

QUESTÕES SUBJETIVAS:

1- Observe a seguinte charge de Fernandes e comente-a nas linhas abaixo, relacionando-a ao polêmico debate da Redução da Maioridade Penal no Brasil.



Fonte: www.crianca.mppr.mp.br

1 _____

2 _____

3 _____

- 4 _____
- 5 _____
- 6 _____
- 7 _____
- 8 _____
- 9 _____
- 10 _____

2- Leia o seguinte texto:

Entrou em vigor nesta sexta-feira (27), com a publicação no "Diário Oficial da União", a lei que proíbe pais de aplicar castigo físico ou tratamento cruel ou degradante para educar os filhos. Chamada informalmente de Lei da Palmada, a lei determina que os pais que agredirem os filhos recebam orientação, tratamento psicológico ou psiquiátrico, além de advertência.

Fonte: <http://g1.globo.com> publicado em 27/06/2014

Em relação à Lei da Palmada, que foi rebatizado para Lei Menino Bernardo, opine livremente sobre essa Lei.

- 1 _____
- 2 _____
- 3 _____
- 4 _____
- 5 _____
- 6 _____
- 7 _____
- 8 _____
- 9 _____
- 10 _____

3- Leia a seguinte notícia:

Foi aprovada na quarta-feira (21) a lei que torna crime hediondo o abuso sexual de crianças e adolescentes. A pena prevista para o crime, de 4 a 10 anos, não prevê a liberdade mediante o pagamento de fiança. Além disso, os condenados cumprirão inicialmente a punição em regime fechado. Para progressão de pena, o réu primário terá que cumprir no mínimo 2/5 e, os que forem reincidentes terão que cumprir 3/5.

Fonte: <http://www.turismo.gov.br> publicada em 22/05/2014

Em relação a essa Lei, destaque a sua importância para a Proteção Integral da criança e do adolescente:

- 1 _____
- 2 _____
- 3 _____
- 4 _____
- 5 _____
- 6 _____
- 7 _____
- 8 _____
- 9 _____
- 10 _____

4- Comente a seguinte frase do filósofo grego Pitágoras: "Educai as crianças hoje, para não ter que punir os adultos de amanhã."

- 1 _____
- 2 _____
- 3 _____
- 4 _____
- 5 _____
- 6 _____
- 7 _____
- 8 _____
- 9 _____
- 10 _____

Boa prova!

Assinatura do Candidato (conforme documento de identidade)